

O SISTEMA PRONOMINAL DO PORTUGUÊS DO BRASIL*

Odete Pereira da Silva Menon^{**}

A grande maioria dos manuais escolares continua a apresentar o paradigma dos pronomes pessoais sujeito (doravante PSUJ) como constituído das formas *eu-tu-ele; nós-vós-eles*, respectivamente pessoas do singular e do plural, independentemente das mudanças já ocorridas (e reconhecidas como tais) nesse sistema.¹ É um fato inquestionável que *vós* já desapareceu completamente do uso – tanto oral como escrito – no português do Brasil (doravante PB), independente de região, salvo nas mesmas gramáticas escolares,

* Versões anteriores deste texto foram apresentadas e discutidas no Curso de Extensão em Língua Portuguesa, promovido pelo Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 31.08.93 a 04.09.93 e na mesa-redonda *Estratégias para a interface com a escola*, promovida pelo GT de Sociolinguística no IX Encontro Nacional da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística), realizado em Caxambu, MG de 12 a 16.06.94. Partes da primeira versão deste artigo foram lidas e comentadas por Basílio Agostini, Iara Bemquerer Costa e José Luiz da Veiga Mercer, aos quais agradeço pelas sugestões.

** Universidade Federal do Paraná.

1 A noção de sistema empregada aqui corresponde às noções de sistema estabelecidas por Saussure (1955) e, posteriormente, por Coseriu (1979): a língua é um sistema abstrato de relações opositivas, ao qual o falante não tem acesso direto; ele só accede a este sistema via enunciados efetivamente produzidos. Este sistema é composto de subsistemas – fonológico, morfológico, sintático (ou morfossintático, segundo alguns autores), semântico. O sistema dos pronomes pessoais seria então uma parte do subsistema morfológico ou morfossintático (que se oporia ao sistema dos pronomes pessoais objeto, por exemplo), constituindo ele mesmo um conjunto de relações abstratas cujas oposições significativas seriam os traços [+singular] e [+pessoa] de um lado e, depois, no traço [pessoa], haveria uma oposição [+ 1^a pessoa] ou [+ 2^a pessoa], segundo se queira privilegiar uma delas.

onde ainda se defende, e se impõe, o conhecimento e uso desta forma, de maneira artificial. O mesmo não acontece, seguramente, com o seu correlato do singular pois, embora o uso de *você* seja uma realidade na maior parte do Brasil, ainda subsistem áreas, mais ou menos definidas, onde a vitalidade do uso de *tu* é característica do(s) dialeto(s).²

Paralelamente aos PSUJ, está a situação dos pronomes pessoais objeto – diretos e indiretos – (doravante POBJ), assim como a dos pronomes possessivos (doravante PPOS), associados intimamente aos PSUJ. Exemplos são a não-aceitação da substituição do POBJ *o* pelo pronome *ele* na função anafórica de objeto direto,³ ou *seu* como pronome de segunda pessoa ou ainda *dele* como PPOS de terceira pessoa.

A não-compreensão (por desconhecimento ou por catarrice) das modificações ocorridas ao longo do tempo no sistema pronominal (e verbal) do português tem gerado uma série de confusões na interpretação de certos fatos. Vou arrolar um exemplo recente, em que a articulista faz uma afirmação no mínimo equivocada sobre os PPOS no português, ao tentar explicar uma dificuldade no aprendizado da língua inglesa por parte dos estudantes brasileiros. Essa postura parece ser prototípica daqueles que lidam, no dia-a-dia, com o ensino de línguas. O desconhecimento de como funciona a língua materna faz produzir equívocos de toda ordem.

Assim, Bittencourt (1993, p.63 ss.), discorrendo sobre a *teoria da transferência*, fundamento psicológico da análise contrastiva, diz que ela seria a responsável por uma série de interferências do sistema do português no aprendizado do inglês por estudantes brasileiros. Uma dessas “transferências de sistema” seria um dos “erros mais comuns cometidos por estudantes brasileiros na área da gramática”:

a) She's a student, your name is Mary.

The reason for this error is that in Portuguese the possessive adjectives do not agree with the possessor: Ela é uma estudante, seu nome é Maria. (p. 66)

2 Dialeto é empregado no sentido de “qualquer variedade da língua - histórica, geográfica, social, estilística”.

3 *ele* (POBJ) não se confunde com *ele* (PSUJ) em função de vários fatores, entre os quais a ordem dos elementos na frase. Poderiam ser chamados de formas homônimas, assim como o pronome *você*, na mesma situação, conforme será exposto mais adiante.

No final do artigo voltarei a comentar a colocação acima, após ter discutido as modificações ocorridas no sistema pronominal do português.⁴ No Quadro I, o sistema corresponde ao que normalmente é veiculado nos manuais escolares:

Quadro I Sistema Pronominal

PESSOA	PSUJ	POBJ DIR	POBJ.IND	PORJ.PREP.	PPOS.
1 ^a Sing.	eu	me	me	mim	meu, minha
2 ^a Sing.	tu	te	te	ti	teu, tua
3 ^a Sing.	ele, ela	o, a	lhe	si, ele, ela	seu, sua
1 ^a Plur.	nós	nos	nos	nós	nosso, nossa
2 ^a Plur.	vós	vos	vos	vós	vosso, vossa
3 ^a Plur.	eles, elas	os, as	lhes	si, eles, elas	seu, sua

Evolução do sistema de representação da 2^a pessoa: as modificações de forma no pronomé referente às segundas pessoas do discurso começou pela forma plural, por ser esta a menos marcada. No português medieval, até o século XIV (Faraco, 1982, p.185), a forma *vós* tanto podia ser empregada quando havia mais de um interlocutor (correspondendo à noção de 2^a pessoa do plural), como quando, havendo um único interlocutor, de posição social ou hierárquica mais elevada ou por razões de idade, as convenções sociais vigentes exigiam do falante a utilização de uma forma de tratamento respeitoso. O *vós*, nesse caso, era a forma polida de se dirigir ao interlocutor (como acontece ainda hoje em línguas como o francês, em que a oposição *tu/vous* é produtiva: íntimo/formal ou respeitoso). O tratamento com *tu* era reservado para os iguais ou de superior para inferior, sendo, por conseguinte, bem *marcado*. Para se entender a noção de *marca*, deve-se levar em conta que uma pessoa não podia empregar *tu* ao se dirigir a outra, desconhecida. Isso seria violar as regras de conduta da sociedade da época, por ter a forma *tu* um uso bem específico, em casos bem determinados. Ao contrário, a forma *vós* podia ser empregada mais largamente por não ter restrições de uso, sendo assim menos marcada: não se transgride nenhuma regra social, não se ofende ninguém com um tratamento respeitoso.

Ao lado dessa forma polida de 2^a pessoa, como decorrência de modificações profundas na economia e nas relações sociais na sociedade portuguesa

4 Não são discutidas no presente trabalho as questões que envolvem o pronomé *se* na função de sujeito, pois foi objeto de outro estudo: Menon (1993).

(e, como consequência, nas formas de tratamento para expressar tais relações), no século XIV e sobretudo no século XV, houve a introdução de formas mais respeitosas para se dirigir ao rei:⁵ *Vossa Mercê, Vossa Senhoria, Vossa Alteza, Vossa Exceléncia, Vossa Majestade*. Tais construções, por equivalerem a uma locução nominal substantiva, empregavam o verbo na 3^a pessoa: *Vossa + Nome* (observe-se que *vossa* = *de vós*, forma respeitosa de tratamento). Dessas, a mais antiga parece ser *Vossa Mercê*, documentada em um texto das Cortes, de 1331 (Faraco, 1982, p.190, citando Santos Luz). Por sua vez, *Vossa Senhoria* está documentada em 1434, *Vossa Majestade*, em 1442, *Vossa Alteza*, em 1450 e *Vossa Exceléncia*, em 1455.

Segundo Faraco (1982, p.191), *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* são criações tipicamente medievais, que refletem duas das principais instituições medievais: a *mercê* do rei (o qual distribuía a justiça e a proteção real) e o *senhorio*, ou o poder feudal (propriedade de vastos domínios e direito à vassalagem). No entanto, com as modificações havidas na sociedade portuguesa, ambas as formas, em função da alteração de valores que elas expressavam, passaram a ser empregadas como formas habituais de tratamento não-íntimo entre os nobres (isto é, entre *iguais*), os quais também exigiam essa forma de tratamento respeitosa da parte de pessoas de posição social inferior, quando se dirigiam aos nobres. As pessoas das categorias sociais mais baixas imitavam os nobres e também utilizavam as formas respeitosas na mesma escala, isto é, servos e artesãos se tratavam “respeitosamente” como os nobres o faziam entre si. Assim, tais formas acabaram perdendo seu valor honorífico e, em seguida, passaram, sobretudo *Vossa Mercê*, a ser empregadas por todo mundo. O resul-

5 Com o declínio do sistema feudal e da ascensão da burguesia, o rei tinha se tornado uma personagem sem par. Lembre-se sempre que no sistema feudal o rei era *um* entre muitos *pares*, isto é, os senhores feudais. Em geral o rei era o senhor que conseguia manter o maior número de vassalos e, como consequência, tinha mais poderes que os outros senhores feudais, pois quanto mais vassalos tinha um senhor, mais dispunha de exército (=poder, força) e por mais tempo, já que a vassalagem era um serviço militar gratuito e obrigatório, por determinado tempo, devido pelo vassalo. Segundo Faraco (1982, p.186 ss.), a ascensão ao poder de João I, (1383-1433), como resultado da chamada revolução de 1383, apoiado pela alta burguesia, fez desaparecer quase por completo a antiga nobreza da época da Reconquista, que havia apoiado a regente Leonor Telles (e o rei de Castela) contra João de Avis (filho bastardo de Pedro I). Essa burguesia passa a ser a nova aristocracia: rica, adquirindo cada vez mais terras e se beneficiando da expansão colonial do século XV. Consequentemente, o governo real se firmou e se expandiu, assim como as necessidades da administração do enorme império colonial. A corte foi ficando cada vez mais numerosa, exigente e luxuosa; o protocolo das novas relações foi se tornando cada vez mais elaborado e formal. Assim, novos hábitos de vestir, comer e de se relacionar foram introduzidos e adotados. E a linguagem tinha que se adaptar a essa reformulação da sociedade, produzindo expressões verbais adequadas às novas relações e situações.

tado, como seria de esperar, é que essas formas deixaram de ser usadas em relação ao rei: para este, segundo os textos das Cortes, passou a ser preferida a forma *Vossa Alteza* (de 44% em 1455, 54% em 1477 para 99% em 1490). *Vossa Mercé* perde terreno para *Vossa Senhoria*, em 1477 (18% e 28% respectivamente), até desaparecer dos textos em 1490 (cf. Faraco, 1982, p.193, citando Santos Luz, onde se pode obter uma descrição mais detalhada do processo de mudança). Assim, *Vossa Alteza* e *Vossa Majestade* passam a ser o tratamento dirigido ao rei, por volta do final de século XV e começo do século XVI, com o segundo substituindo gradualmente o primeiro, que se especializa no tratamento do restante da família real (conforme os decretos reais de 1597 e 1739).

Como vimos, *Vossa Mercé* desapareceu do uso honorífico das Cortes em 1490. Já estava sendo empregado por uma parcela considerável da população, provavelmente ainda com valor respeitoso, mas sem a dignidade de forma honorífica. Essa expansão no uso vai acarretar mudanças de ordem fonética na expressão. Vários autores já se ocuparam das diferentes formas da evolução *Vossa Mercé* > *vocé* (e por conseguinte *cé*, no PB) no português do Brasil e de Portugal (Nascentes, 1956; Amaral, 1920; Faraco, 1982; Paiva Boléo, 1946; Rodrigues Lapa, 1970; entre outros). É importante destacar que a forma *você*, oriunda de uma forma honorífica, seguiu uma trajetória de modificação de valor ao lado da modificação fonética. No entanto, sempre foi uma forma de se dirigir ao interlocutor (a clássica segunda pessoa): primeiro numa relação de inferior para superior; em seguida numa relação de igual para igual e de superior para inferior, ou, em outras palavras, de um tratamento não-intimo para um tratamento íntimo.

No Brasil, diferentemente de Portugal,⁶ a forma *você(s)* passou a ser a forma de tratamento íntimo em quase todo o país, provavelmente em decorrência do uso, desde o início da colonização, de formas variantes de *Vossa Mercé* para o tratamento da segunda pessoa. Cabe lembrar que, quando o Brasil começou a ser colonizado, em Portugal já estava avançado o processo de arcaização do *vós* (que, segundo Lindley Cintra, *apud* Faraco (1982, p.203), se tornou completamente arcaico no século XVIII) assim como o processo de mutação fonética de *Vossa Mercé*, na época já utilizado em Portugal entre os não-nobres.

6 Ver, no entanto, a afirmação de Epiphánio Dias, (1970 [1916], p.23), a propósito do uso de *vocês* em Portugal: *No sul do país não se costuma empregar na prática familiar a 2ª pessoa do plural, mas a 3ª, por isso que substituimos o pronome vós pela palavra vocês. No § 69, alínea c, do capítulo em que trata dos pronomes, refere-se novamente a esse uso: No sul do país não costumamos empregar na conversação o plural do pron. da 2ª pess.; substituimos: a forma vos do compl. directo por os,as “ “ vos “ “ indirecto por lhes “ “ vós por vocês. (p. 73).*

Com a introdução desse novo par *-você/vocês-* para o tratamento da segunda pessoa, a língua passou a ter uma assimetria no paradigma dos PSUJ: as novas formas passaram a coocorrer com a antiga oposição *tu/vós*, suplantando primeiro a forma *vós* que, como vimos, se tornou arcaica. Assim, *vocês* se integrou completamente no paradigma, caracterizando, basicamente, o plural real da segunda pessoa: os falantes percebem, ali, a marca de plural, o que não acontecia com o outro par, constituído de palavras diferentes. Porém, o antigo uso respeitoso do plural continua a existir nessa nova forma, não com a mesma intensidade ou vitalidade, mas é ainda perceptível, e válido, em algumas situações. Quem ainda não se sentiu levemente embaraçado em se decidir entre o uso de *você* e o de *o (a) senhor (a)*, ao telefonar a uma empresa ou a chegar numa loja ou escritório e perguntar à pessoa:

- (1) “*vocês* fazem isso?” ou
- (2) “*vocês* fornecem o produto *x*?” ou
- (3) “*vocês* dão desconto?”

embora se dirigindo a *uma única* pessoa?

No singular continua a haver a coocorrência e a concorrência das formas *tu/você*, com (o senso comum indica e os estudos comprovam) uma nítida predominância no uso do *você*, salvo em algumas regiões do país. Mas mesmo nessas regiões (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, algumas áreas do Norte e do Nordeste, ainda não bem delimitadas), pode-se observar um fenômeno interessante do ponto de vista da variação lingüística: há casos de uso do pronome *tu* seguido do verbo *sem a marca de segunda pessoa*. Eu prefiro utilizar essa explicação à tradicionalmente usada, que consiste em dizer que o verbo está na terceira pessoa, pelo motivos que passo a expor na seqüência.

Composição do paradigma dos PSUJ após a modificação das formas de segunda pessoa: com a introdução de uma nova forma para as segundas pessoas, o paradigma verbal também sofreu modificações. Isso é resultado da contínua (im)perfeição do sistema lingüístico: uma modificação em alguma parte do sistema sempre acarreta modificações em outra(s) parte(s). Como tal fato se apresenta com a modificação sofrida no PSUJ?

Historicamente, como foi demonstrado, a forma *você(s)* origina-se de uma *locução nominal* (constituída de um pronome possessivo mais um substantivo) e, nessa categoria, passa a requerer o verbo na *terceira pessoa*. No entanto, durante o processo de modificação fonética e de valor social, a forma se pronominalizou, isto é, passou por um processo de *gramaticalização*, mudando de categoria: de *nome* (visto que uma locução nominal, segundo a gramática tradicional, equivale a um *nome* -substantivo ou adjetivo -, exercendo as

mesmas funções gramaticais) para *pronomes*. Este novo pronomo é de segunda pessoa; logo, a forma verbal que o acompanha também passa a ser uma forma de segunda pessoa. Então, não faz sentido algum continuar a dizer que o verbo está na terceira pessoa com um pronomo de segunda pessoa. Essa afirmação contrariaria, inclusive, uma das regras do sistema de concordância verbal do português: *o verbo deve concordar com o sujeito em número e pessoa*.

O que a língua portuguesa passa a ter, em função da modificação do PSUJ, é uma reestruturação no seu paradigma verbal, em que a segunda pessoa do singular passa a ter duas formas (uma continua a ter o morfema tradicional, por exemplo: *-s*, para o presente do indicativo, e a outra apresenta um morfema \emptyset de pessoa), segundo o pronomo pessoal que o falante utiliza. Assim, num dialeto em que os falantes usam consistentemente a forma *tu* é de se esperar que a forma verbal seja produzida com o morfema tradicionalmente atribuído à 2^a pessoa do singular. Paralelamente, um falante de um dialeto que emprega de maneira consistente o pronomo *vocé* utilizará a forma verbal portadora do morfema \emptyset . E são essas duas formas que coexistem hoje, para a expressão da segunda pessoa. Tal afirmação seria totalmente verdadeira, não fossem certos usos, já fartamente mencionados na literatura lingüística (Faraco, 1982, p. 200, por exemplo) e até referidos por alguns autores de gramáticas, como desvios “ultrajantes” da língua portuguesa. Trata-se da utilização do pronomo *tu* seguido de forma verbal com morfema \emptyset .

A minha hipótese é a de que os falantes “interiorizaram” a forma verbal com morfema \emptyset como a marca de segunda pessoa e a variação recai simplesmente no uso do pronomo. Assim, no paradigma verbal já teria havido a mudança de forma e a variação continuaria a existir a nível de escolha – determinada pelo dialeto que o falante utiliza – entre dois pronomes possíveis: *tu* ou *vocé*. Um fator a reforçar essa hipótese é a utilização, mesmo por falantes onde *tu* é a forma preferida no singular, da forma plural *vocês*. Como *vocês* é o plural de *tu*, basta subtrair da forma verbal o morfema de plural *-m* e se disporá da forma singular, à qual se adiciona o pronomo *tu*.

Se essa hipótese é verdadeira, resta ainda saber como o sistema lingüístico vai lidar com uma identidade de formas no paradigma verbal, já mencionada acima: não há mais diferença formal, isto é, morfológica entre a segunda e a terceira pessoas, tanto do singular como do plural. Ao que tudo indica, para

compensar a ambigüidade de formas,⁷ os falantes estão se servindo cada vez mais dos pronomes sujeitos expressos, ou seja, as desinências verbais não conseguem mais definir os sujeitos; por isso, é necessário exprimi-los (ver Tarallo, 1991; Paredes da Silva, 1991; Scherre, 1991; Omena, 1992; Duarte, 1993 entre outros). Uma outra prova de que os falantes estão preenchendo a casa do sujeito com um pronome ou um sujeito lexical, é o fato de, mesmo na 1^a pessoa, tanto do singular como do plural, esta a mais marcada de todas, pois em todos os tempos e modos verbais ela tem o morfema *-mos*, a presença do PSUJ correspondente é uma realidade constatada. Assim, não é um fato isolado o uso do pronome de 2^a ou 3^a pessoa verbal, para resolver a ambigüidade da forma verbal. Trata-se de um movimento de alcance mais amplo, que reestrutura globalmente o sistema lingüístico, que tenta se aperfeiçoar, sempre, compensando as assimetrias que as mudanças lingüísticas causam.

Modificações ocorridas no POBJ: tradicionalmente, os pronomes pessoais que exercem função de objeto são classificados como diretos e indiretos e tônicos ou átonos. Mesmo na gramática tradicional se percebeu que os pronomes átonos somente apresentam diferenciação na 3^a pessoa, em que há formas distintas para os objetos direto e indireto *-o(os)/lhe(s)*. Nas primeiras pessoas *me/te* são formas homônimas. Reconhece-se, há algum tempo, um declínio acentuado no uso do pronome objeto direto de 3^a pessoa, no PB. Costuma-se dizer que na “língua popular, descuidada” o objeto direto passou a ser expresso pelo pronome *ele*. Basta aguçar o ouvido em qualquer situação para verificar que tal uso não se restringe às “classes populares”: ele já atingiu pessoas de classes sociais e escolaridade mais elevadas. Até o professor de português utiliza *ele* em função objetiva, porém depois nega veementemente que usou.

Como em toda variação, existem formas que são mais marcadas e outras que são menos marcadas, por isso, accitas. Por exemplo, no caso do *ele*,

⁷ Em alguns tempos verbais há total coincidência de formas nas três pessoas do singular, como é o caso do imperfeito do indicativo e do subjuntivo. Seria possível falar, então, que as formas são não-marcadas e que a sua identificação se daria por meio do uso do pronome sujeito, que seria, em certas situações, imprescindível para identificar o antecedente. Além disso, o reconhecimento de uma forma *não-marcada* para o português daria conta de outras situações, como aquela de *a gente*, que pode indicar, além de uma terceira pessoa (referente) indeterminada (o), também a 1^a pessoa, do singular ou do plural. Conseqüentemente, nossa afirmação acima, de que a forma verbal que acompanha o pronome *você* é de segunda pessoa, deveria ser reformulada: não seria mais a forma verbal que marcaria a pessoa, mas o pronome sujeito. Visto que a língua se serve de uma forma verbal não-marcada para o traço pessoa, este vai determinado exclusivamente pelo pronome a ser empregado pelo falante (nessa situação não se encaixaria a referência à 1^a pessoa do singular). Este fato também iria modificar os princípios da concordância verbal em português.

ninguém, ou quase ninguém,⁸ chamaria a atenção de alguém que admitisse o seguinte enunciado:

(4) “Deixe *ele* falar”.

A argumentação poderia levar em conta o fato de que *ele* é sujeito de falar, portanto a construção seria boa. Ora, segundo a gramática tradicional trata-se de uma construção em que o pronome é, ao mesmo tempo, o objeto direto de um verbo e o sujeito do outro. A construção canônica deveria ser, então, (5), para cumprir as regras prescritas pela gramática normativa:

(5) “Deixe-*o* falar”.

No entanto, a gramática normativa impõe um uso prescritivo de formas, baseado quase sempre em critérios obscuros;⁹ porém, a língua, enquanto sistema, tem a sua gramática, que procura harmonizar e regularizar as oposições pertinentes. No nosso exemplo, duas explicações são possíveis. A primeira é considerar aquilo que os pesquisadores vêm estudando sob o título de “apagamento do clítico objeto”, ou seja, o fato de o português permitir que não se expresse o objeto direto, fato percebido e explicado por muitos autores (Galves, Pagotto, Raposo, Farrell). Nessa perspectiva, o verbo *deixe* não teria o seu complemento direto expresso, ele seria φ ou *nulo* ou *apagado*, segundo as várias terminologias e *ele* seria o sujeito expresso de *falar*. Veja-se como essa postura reforçaria fato anteriormente mencionado, o do uso, cada vez mais frequente, do sujeito expresso. Ela é também menos estigmatizada e, por isso, mais bem aceita que a segunda, apesar de fazer referência a fato posterior na história da língua.¹⁰

Na segunda possibilidade, *ele* seria considerado o complemento direto de *deixe* e o sujeito de *falar* estaria oculto, ou nulo, ou vazio, ou apagado, pois a língua não aceita, ao que parece, a repetição em casos como este:

⁸ PEREIRA (1948, p. 219), no entanto, ainda considerava essa construção um “erro vulgar”. Porém, o fato de ele condenar semelhante construção significa que o emprego já era suficientemente corrente para provocar tal reação num gramático, o que atesta a sua vitalidade e é um dado a se considerar na variação do emprego do pronome pessoal sujeito em concorrência com o pronome objeto.

⁹ Por exemplo, nesse caso, não é somente o pronome que constitui o objeto direto de *deixe*. O verbo constitutivo dessa oração teria o seu sentido completado por tudo o que vem depois e o pronome *faz parte* do objeto direto ao mesmo tempo em que é sujeito do infinitivo. (Agradeço a Basílio Agostini a menção a este fato).

¹⁰ José Luiz Mercer me fez a observação de que o fenômeno do uso de *ele* por *o* é historicamente anterior ao apagamento do clítico, além de ter área de difusão muito mais abrangente que o segundo.

(6) *Deixe *ele* *ele* falar.¹¹

Parece que essa opção é muito mais marcada, quer dizer, choca muito mais do que a primeira. Esta análise seria então, considerada menos “boa” que a anterior, na qual, se a construção não corresponde à forma dita canônica, as “infrações” contra a gramática normativa não são tão gritantes. Elas são até plausíveis!

Em relação ao pronome indireto, *lhe*, o que se pode aventar é que ele passou por um processo de regularização de formas, à semelhança dos seus companheiros de paradigma, *me/te*. Mas não foi simplesmente transformado em pronome bifuncional, capaz de exercer duas funções. Ele passou a ser empregado junto com pronome *você*, em razão, provavelmente, da origem do pronome (como aconteceu com a forma verbal correspondente, o *lhe* teria sido “carregado” com o significado de 2ª pessoa, acompanhando o pronome *você* na sua jornada de pronominalização). Daí apareceram na língua enunciados como (7), dirigido ao interlocutor:¹²

(7) “Eu *lhe*¹³ vi ontem, no cinema”

Segundo a gramática normativa, tal construção é uma aberração gramatical decorrente da confusão e da mistura dos pronomes de pessoas diferentes. Identicamente, seria um erro crasso produzir (8), caso que veremos a seguir.

(8) “*Você* já fez o que *te* pedi?”

Como se constata, vários são os efeitos da introdução de *você* no paradigma dos PSUJ no PB. O uso de *lhe/te* complementos de verbos transitivos com o pronome *você* não pode e não deve ser considerado erro. Há que se analisar em que condições ocorrem as utilizações de *lhe/te*, pois elas não são aleatórias. Há várias possibilidades de combinação dos pronomes, atualmente. Em algumas variedades do PB é possível encontrar as correspondências canônicas *tu/te*; *você/lhe* assim como *você/te* (íntimo)/ *você/lhe* (não-íntimo).

11 O uso do asterisco corresponde à não-gramaticalidade do enunciado, segundo uma tradição que já tem foro na lingüística.

12 Ao que tudo indica, o enunciado *Eu lhe vi ontem no cinema* jamais seria empregado para fazer referência a uma terceira pessoa. Dessa forma, *lhe* e *ele* não se confundem: o primeiro faz referência ao interlocutor e o segundo indicaria uma outra pessoa, não presente na situação dialógica.

13 PEREIRA atenta para o fato de, na língua antiga, se admitir, por ser corrente, a construção de verbos como ver, fazer, ouvir, com objeto direto *lhe*: *Fiz-lhes* ou *fi-los* esperar (1948, p. 219).

Vou me basear aqui no dialeto empregado em Curitiba, no qual parece haver a utilização de ambas as formas, com diferenciação segundo o interlocutor. Parto da premissa (a partir de observações assistemáticas) que mesmo o pronome *você*, no dialeto curitibano, pode ser usado com valor íntimo e com valor respeitoso (nesse caso também o uso de verbo na terceira pessoa sem sujeito expresso, que seria uma estratégia de não-marcção das relações de poder entre os interlocutores, conforme foi demonstrado por Abreu, (1987), além do uso das formas polidas *o(a) senhor(a)*) e que este uso vai se manifestar no emprego de *lhe/te* em função de objeto. Os enunciados (9) a (15), abaixo, parecem ser representantes dessa constatação:

- (9) “*Você* disse que não tinha carro, mas eu *te* vi na festa”;
 (10) “Eu *te* dou o que *você* quiser.”

ao lado de

- (11) “Disse que φ não tinha carro, mas eu *lhe* vi na festa”;
 (12) “Eu *lhe* dou o que φ quiser”;
 (13) “Nós *lhe* fornecemos mercadoria na quantidade que *f* quiser”;
 (14) “Eu *lhe* faço companhia no aeroporto quando φ for viajar” e
 (15) “Eu *te* faço companhia no aeroporto quando *você* for viajar.”

Ao lado dessas construções, há a utilização (ao que tudo indica, crescente) do pronome pleno:

- (16) “Eu faço companhia a *você*¹⁴/*uo senhor* no aeroporto quando *você/o senhor* for viajar”.

Modificações ocorridas no PPOS: os pronomes possessivos são sempre apresentados depois dos pronomes pessoais e mostram as relações que mantêm com estes. Os PPOS são, então, classificados como possessivos de 1^a, 2^a ou 3^a pessoa: *meu/nosso*; *teu/vosso*; *seu*. Já é possível perceber que existe ambigüidade do pronome de 3^a pessoa, cuja forma é comum ao singular e ao plural. Além dessa ambigüidade, o pronome *seu* passou a ser utilizado também como

14 Parece que no PB jamais ocorreria a forma *a si* que seria empregada no português europeu (cf. Dias, 1970 [1916], p. 72). A forma *si* seria a forma tónica correspondente (conforme *min/ti*) ao uso com preposição, porém ela sofre restrições por ser uma forma exclusivamente reflexiva no PB. Há, porém, um uso que parece ser um tanto empregado no dialeto curitibano, que é o uso, sempre condenado pelos professores, da forma *consigo* em frases como: *Gostaria de falar consigo*, dirigida a uma pessoa mais velha ou de posição social mais elevada.

forma de 2^a pessoa, acompanhando o pronome *você(s)*, da mesma forma que o POBJ.

Assim, temos no PB, atualmente, dois pronomes para 2^a pessoa: *teu/seu*. Em alguns dialetos, parece ser a forma *seu* a empregada com mais freqüência; noutros, como parece ser o caso do dialeto curitibano, há o mesmo tipo de relação que o mencionado acima para os POBJ: na situação de comunicação, o interlocutor é que vai determinar qual o pronome a ser empregado. Se as relações de intimidade/não-intimidade, de um lado, e de poder, de outro, determinam as formas de tratamento formal/informal (*o senhor/você*), vão também ser fatores de decisão no emprego dos possessivos (*teu/seu*) que manifestem, de alguma forma que, mesmo o falante utilizando *você*, existe algum tipo de cerceamento da intimidade. Por exemplo, se eu me dirigir a alguém que conheço, (a quem trate por *você* mas com quem não tenha intimidade), cuja mãe esteja doente, vou perguntar:

(17) Como vai a *sua* mãe?

Logo em seguida, poderei dizer, com toda naturalidade:

(18) O *teu* carro está consumindo muito?

Como podemos perceber, há outros fatores, além do puramente lingüístico, que entram em jogo no processo de comunicação e que não são meramente estilísticos, à livre escolha do falante, mas são regulados por mecanismos sociais.

Voltamos à questão do rearranjo no sistema. Como é que a língua vai compensar esse movimento do pronome *seu* para 2^a pessoa? Adotando como possessivas formas compostas da preposição *de* + os pronomes pessoais sujeito de 3^a pessoa: *dele(s)/ dela(s)*.¹⁵ Consequentemente, o sistema pronominal se reestruturou, preenchendo os “vazios” criados pelo deslocamento do pronome *seu* para o paradigma de 2^a pessoa, ao mesmo tempo que desfez a antiga ambigüidade (ser idêntico para o singular e para o plural). Mais que isso, a *nova* (?)¹⁶ forma de possessivo está se estendendo para as outras pessoas, em

15 Ver SILVA (1991).

16 Ver, no entanto, a posição adotada por PERINI (1985) e a réplica de KATO (1985) no mesmo volume.

alguns dialetos: de você(s)¹⁷ parece ser já uma forma corrente, embora *de mim*, *de nós*¹⁸ sofram ainda restrições.

O Quadro II, abaixo, esquematiza globalmente a nova distribuição dos pronomes pessoais, sem, contudo, indicar qual a sua distribuição e combinação nas diferentes variedades do PB. Não incluímos certas formas, como o último caso mencionado acima, por serem muito marcadas e de uso não muito frequente, ao que tudo indica. Deve-se lembrar que existe ainda a possibilidade de objeto nulo, no PB; porém, não marcamos essa opção no quadro. Também não incluímos aqui a possibilidade de *a gente* representar a primeira pessoa, do singular ou do plural.

Quadro II

Sistema Pronominal em uso

PES	PSUJ	POJU DIR	POJU. IND.	POJU. PREP	PPOS.
1 ^ª . S.	eu	me	me	mim	meu, minha
2 ^ª . S.	tu, você	te, lhe, se	te, lhe, se	você, ti	teu, tua, seu, sua
3 ^ª . S.	ele, ela	ele, ela	ele, ela, lhe	ele, ela, si	seu, sua, dele, dela
1 ^ª . P.	nós	nos	nos	nós	nosso, nossa
2 ^ª . P.	vocês	vocês, lhes, se	vocês, lhes, se	vocês	seus, suas, de vocês
3 ^ª P.	eles, elas	eles, elas	eles, elas, lhes	eles, elas, si	seus, suas, deles, delas

Ao que tudo indica, é essa a composição atual do sistema pronominal pessoal no PB. Entretanto, cumpre observar que algumas das variações apresentadas já se tornaram mudança efetiva em algumas variedades do PB, inclusive a padrão, enquanto outras estão em plena efervescência, sem terem ainda se fixado.

Com base nas colocações acima, podemos voltar agora a demonstrar por que a afirmação de Bittencourt não corresponde à realidade pronominal do PB. A autora comete um equívoco, pois não analisa adequadamente nem a causa da interferência nem por que razão o estudante produziria o enunciado usando *your* ao invés de *her*. Não é, seguramente, pela razão que ela expôs.

É falso dizer que o possessivo não concorda com o possuidor, no sistema do PB, pelo menos em relação ao traço de *pessoa*. Possivelmente a articulista

17 Igualmente, *do(s) senhor(es)/da(s) senhoras(s)*.

18 A autora presenciou uma situação, em julho de 1994, posterior, portanto, às primeiras redações do texto, em que Julian, um menino de 5 anos, ao indagar aos pais, apontando para determinado objeto: Isso também é de nós? recebeu deles como resposta, em uníssono, *Não é de nós; tem que dizer nosso!*

quis se referir à concordância em gênero do PPOS, que em inglês se faz tomando em consideração o sexo do possuidor, mas isto não está claramente especificado no seu texto.

Se a menção diz respeito à concordância de pessoa, ao menos na 3^a pessoa essa concordância existe no PB e a tradução do enunciado em inglês deveria ser:

(19) *(Ela)* é uma estudante, o nome *dela* é Maria.

Na tradução dada, *o seu nome é Maria*, a autora “traduz” perfeitamente bem a dificuldade do aluno, mas sem atinar para o verdadeiro problema: *your* é a tradução, perfeita que o estudante brasileiro faz do PPOS *seu*. Não se trata, por conseguinte, de falta concordância do pronome com o possuidor. O que fica evidenciado é que nem o professor, nem o estudante percebem (ou sabem) que existe, como vimos, uma ambigüidade de formas possessivas de 2^a e 3^a pessoa, no PB, e que essa ambigüidade não existe em inglês, em que *your* é forma exclusiva de 2^a pessoa.

O uso de *your* por um estudante brasileiro não tem, pois, relação alguma com o fato de, em inglês, o pronome possessivo concordar com o sexo do possuidor. Se o professor ensinasse ao aluno que as formas possessivas *his/her* em inglês correspondem às portuguesas *dele/dela* haveria uma forte probabilidade de que os estudantes nunca mais “errassem” nessa construção.

RESUMO

Partindo de uma afirmação de Bittencourt (1993), procuramos demonstrar que o desconhecimento, tanto do estado atual do sistema pronominal do português do Brasil como do seu funcionamento pode provocar inúmeros problemas e equívocos no ensino de língua.

Palavras-chave: Sistema pronominal do PB, Morfossintaxe, Variação Pronominal.

RESUME

Prenant comme point de départ une affirmation de Bittencourt (1993), nous cherchons à démontrer comment l'état actuel de méconnaissance du système pronominal du portugais du Brésil, ainsi que de son fonctionnement, provoque d'innombrables problèmes et malentendus dans l'enseignement de la langue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maria Teresa dos Santos. *Formas de tratamento no dialeto oral urbano de Curitiba*. 1987. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática e vocabulário*. São Paulo: O Livro, 1920. 277 p.
- BITTENCOURT, Ana Marilza. The role of the first language in pronunciation. *Letras*, Santa Maria, n.5, p. 63-79, jan./jun. 1993.
- CHEDIAK, Antônio José (org.). *A elaboração da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/DES.CADES. 1960.
- COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença/ São Paulo: EDUSP, 1979.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, Augusto Epiphânia da Silva. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970 [1916-1918] 446 p.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronomé nulo ao pronomé pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993. p.107-128.
- KATO, Mary A. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini (1985). *D.E.L.T.A.*, São Paulo, n.1-2, p.107-120, 1985.
- FARACO, Carlos Alberto. *The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese de doutoramento. University of Salford, UK.
- FARREL, Patrick. Object demotion in Brazilian Portuguese. *Probus*. Dordrecht-Holland/Riverton-USA, n.1.3, p.341-367 (1989).
- GALVES, Charlotte C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 387-408.
- MENON, Odete Pereira da Silva. Considerações em torno do se: 1. Se passivo? *Letras*, Curitiba, n. 41-42, p. 171-198.

- NASCENTES, Antenor. [1922]. *O linguajar carioca*. 2. ed. Compl.refundida. Rio de Janeiro: Simões, 1953. 1922. 221 p.
- OMENA, Nelize Pires de. Influências morfo-sintáticas e semânticas. In: MOLLICA, Maria Cecília. (org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ; (Cadernos Didáticos UFRJ, 4), 1992.
- PAGOTTO, Emilio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp. p.185-206.
- PAIVA BOLÉO, M. de. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.
- PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Por trás das freqüências. *Organon*, Porto Alegre, n.18, p.23-36, 1991.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*, 73. ed. São Paulo: Nacional, 1948.
- PERINI, Mário A. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, n.1-2, p. 01-16, 1985.
- RAPOSO, Eduardo. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, Osvaldo; SILVA-CORVALÁN, Carmen (eds.) *Studies in Romance Linguistics* (Publications in Language Sciences, 24), Foris, Dordrecht-Holland: Riverton - USA. 1986. p.373-390.
- RODRIGUES LAPA, M. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1955.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. A concordância de número nos predicativos e participios passivos. *Organon*, Porto Alegre, n. 18, p.52-70.
- SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Um caso de desinuidade. *Organon*, Porto Alegre, n.18, p. 90-108, 1991.
- TARALLO, Fernando. Reflexões sobre o conceito de mudança. *Organon*, Porto Alegre, n. 18, p.11-22.